

POLÍTICA

Editor: Luiz Augusto Kern
 Editora assistente: Dulci Emerim

politica@correiodopovo.com.br

PREJUÍZOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Você sabia que o governo diz que irá igualar as regras, mas quer exigir um mínimo de 25 anos de contribuição dos servidores públicos e 15 anos dos trabalhadores privados?

SINDIFISCO-RS: AUDITORES-FISCAIS NO COMBATE À CRISE DO ESTADO



SECRETARIA DE GOVERNO

Novo ministro também foi 'soldado' de Cunha

Ao tomar posse, Carlos Marun afirmou que será 'um soldado' sob o comando do presidente Michel Temer

Conhecido por ser da tropa de choque do governo e um ferrenho aliado do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, o deputado Carlos Marun (PMDB-MS) disse ontem, ao assumir a Secretaria de Governo que será um soldado. "Serei e sou a partir deste momento um soldado sob o vosso comando", disse. "Vejo o senhor determinado neste momento ímpar a fazer aquilo que o Brasil precisa. Hoje abro mão da minha reeleição para estar ao seu lado, que é a personificação da possibilidade de se fazer política com honra e dignidade", disse o agora ministro, durante a cerimônia no Palácio do Planalto.

Deputado federal de primeiro mandato, Marun disse que, durante os três anos de Parlamento, conquistou a "confiança da



VALTER CAMPANATO / ABR / CP

Marun disse que maior desafio é ajudar a aprovar reforma da Previdência

base" e o "respeito da oposição" e que terá como "maior desafio" ajudar o governo a aprovar a reforma da Previdência. "Assumo essa função consciente disso.

Durante entrevista coletiva depois da posse, Marun afirmou que a oposição sabe, "talvez até melhor" do que os integrantes do governo, que a reforma da Previdência é necessária para o equilíbrio das contas públicas. Ele também atacou os ex-presi-

dentes Lula e Dilma Rousseff, ambos do PT. "Lula e Dilma já declararam que a reforma é necessária. Se passaram a mentir, paciência. Nós não vamos mentir." Marun admitiu, no entanto, que "preocupa" o fato de haver muitos indecisos na base aliada do governo. Ele reconheceu ainda como "natural" o temor dos parlamentares de perderem votos nas eleições caso apoiem a proposta do governo.

ADIAMENTO DA VOTAÇÃO

Temer: 'Não queremos constranger deputados'

O presidente Michel Temer afirmou ontem, durante a posse do novo ministro da Secretaria de Governo, que a votação da reforma da Previdência Social foi adiada para fevereiro de 2018 para "não constranger os deputados". Ele disse que o adiamento foi "ótimo", porque a matéria é "difícil" e os deputados vão perceber, durante o recesso, que não há "oposição feroz" quanto ao tema.

Segundo Temer, o governo conta com a "compreensão oculta" dos líderes da oposição. "Acho que temos a compreensão, ainda que oculta, dos líderes da oposição. Essa é uma questão de Estado. Você conser-

ta o Estado brasileiro hoje e ele vai servir para quem vier depois. E não se sabe quem é. Portanto, quem vier depois encontrará um Brasil arrumado, nos trilhos."

O presidente disse que o governo está fazendo uma campanha e contando votos para chegar aos 308 necessários para aprovar a proposta de emenda à Constituição que muda as regras de aposentadoria. "Nós estamos empenhados. 'Ah, vai ficar para fevereiro'. Ótimo. Fevereiro porque nós não temos votos. Não queremos constranger deputados e senadores. Quando tivermos os 308 votos, não vamos constranger nenhum deputado. (...) Nenhum líder quer isso."

DECRETO PRESIDENCIAL

Horário de verão é encurtado

Para não haver diferença no horário da apuração nas eleições de 2018, o presidente Michel Temer assinou ontem um decreto que encurtará o horário de verão a partir do ano que vem. Segundo o texto que será publicado no Diário Oficial da União de segunda-feira, fica instituído o horário de verão "a partir de zero hora do primeiro domingo do mês de novembro de cada ano, até zero hora do terceiro domingo do mês

de fevereiro do ano subsequente, em parte do território nacional, adiantada em sessenta minutos em relação à hora legal".

Antes, decreto previa que o período começava à meia noite do terceiro domingo de outubro, com isso o segundo turno tinha apurações com horários diferentes em alguns Estados que não adotavam a medida. O decreto encurta em quinze dias a duração do horário de verão.

Raquel Dodge questiona MP

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer no qual sustenta que é inconstitucional a medida provisória que deu status de ministro a Moreira Franco, um dos aliados mais próximos do presidente Michel Temer. A MP 782 foi editada em maio e convertida em lei. O texto cria e dá status de ministério à Secretaria-Geral da Presidência da República e ao Ministério dos Direitos Humanos.

Em manifestação encaminhada

da ontem, Dodge aponta que a MP é uma reprodução de texto de mesmo teor editado em fevereiro e revogado pela presidência da República. Segundo Raquel, houve uma "ofensa à sistemática de processamento" do texto, pois a Constituição impede a reedição de MP que tenha perdido a eficácia em uma mesma sessão legislativa.

A PGR alega que a intenção da Constituição é evitar "reedições abusivas" de MPs por parte do presidente da República. A ministra Rosa Weber é a relatora.

direto ao ponto

Garotinho inicia greve de fome na prisão

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) confirmou que o ex-governador Anthony Garotinho não aceitou as refeições oferecidas ontem em Bangu 8, onde está preso. Garotinho teria escrito uma carta à direção do presídio, informando da decisão de parar de comer. Em 2006, Garotinho lançou mão do mesmo recurso após denúncias de irregularidades em sua pré-campanha à Presidência da República.

PF entrega ao Supremo relatório sobre ministros

O diretor-geral da Polícia Federal, Fernando Segóvia, entregou ontem à ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo, um relatório parcial sobre a investigação aberta a pedido dela para apurar citações feitas a ministros da Corte em áudios entregues pela empresa JBS à Procuradoria Geral da República. Segóvia evitou falar sobre o assunto. Disse apenas que as conclusões da investigação parcial "estão nas mãos da ministra Cármen Lúcia".

Apedido

FRENTE RS EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - UNIÃO
 GAÚCHA EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PÚBLICA

CARTA ABERTA AOS DEPUTADOS FEDERAIS

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: NOVO TEXTO
 MANTÉM CRUELDADES DA PROPOSTA ORIGINAL



Senhores (as) deputados (as) federais:

A Emenda Aglutinativa da Proposta de Emenda à Constituição 287 (PEC), que altera a previdência social, apresentada em 22 de novembro é falaciosa! As mudanças SÃO PALIATIVAS e o texto mantém os ataques e crueldades contra trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público. O governo federal não contou à sociedade e ao trabalhador, em particular, que, se aprovada a famigerada reforma da previdência:

1. Quando ele se aposentar, não poderá acumular a pensão do esposo (a) ou companheiro (a) - com a aposentadoria, salvo até o limite de dois salários-mínimos, ou terá de abrir mão de um dos benefícios.
2. A pensão por morte que é hoje de 100% do salário de benefício do falecido se houver somente um dependente, será reduzida a 60%.
3. Um trabalhador com 24 anos trabalhados em condições insalubres não poderá contar este período para aposentadoria especial, enquanto um colega de trabalho com 25 anos nas mesmas condições poderá.
4. O governo quer igualar as regras dos regimes de previdência, mas exige 25 anos de contribuição dos trabalhadores do serviço público e 15 anos dos trabalhadores da iniciativa privada e a idade mínima de 65/62 anos, para ambos os regimes, irá aumentar a cada dois anos, passados cinco anos da reforma.
5. Os servidores públicos federais, admitidos após fevereiro de 2013, só recebem aposentadoria até o teto do INSS. Os que ingressaram antes, seguem pagando 11% sobre tudo o que ganham (em janeiro/18, passa a 14%), mesmo após a aposentadoria ou na condição de pensionista.
6. A reforma autoriza o sistema financeiro privado a administrar a previdência complementar dos servidores públicos estaduais, municipais e distritais.
7. O trabalhador rural será sim afetado pela reforma, pois o empregado rural será tratado da mesma forma que o urbano, mesmo com condições de trabalho muito mais precárias.
8. A aposentadoria por invalidez será de 70% e, somente no caso excepcional de acidente de trabalho, será integral e a mulher com deficiência terá que cumprir o mesmo tempo de contribuição para se aposentar que um homem com deficiência.
9. O trabalhador terá de contribuir por 40 anos para ter direito a uma aposentadoria de 100% da média de todos os seus salários desde julho de 1994 ou, desde quando começou a trabalhar, se em data posterior.
10. A reforma não prevê qualquer aprimoramento da gestão previdenciária, no combate às fraudes, à sonegação e aos desvios de recursos da previdência, nem a revisão ou fim das isenções e desonerações tributárias ou quaisquer medidas de agilização na cobrança das dívidas de grandes empresas com a previdência.

CARO PARLAMENTAR! A NOVA PROPOSTA DE REFORMA SEGUE CRUEL E DRACONIANA!

REDUZ OS VALORES DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES E A RENDA DAS FAMÍLIAS NA VELHICE, COM EFEITOS IMEDIATOS.

LEMBRE-SE QUE, EM 2018, TEM ELEIÇÃO! NOSSA ARMA SERÁ O TÍTULO DE ELEITOR!

VOTE CONTRA A REFORMA. DIGA NÃO À RETIRADA DE DIREITOS!

ADPERGS/ AFISVEC/ AFOCFE/ AGAFISP/ AGITRA SINDICAL/ AIAMU/ AJURIS/ AMP-RS/ ANASPS - RS/ APERGS/ APMPA/ APROJUS/ ASJ-RS/ ASTC-RS/ CEAPE-SINDICATO/ SINAPERS/ SINDFAZ-RS/ SINDIFISCO-RS/ SINTRAJUBE-RS/ SINDIRECEITA-POA-RS/ SINPEF-RS/ SINPRE-RS/ SINPROFAS-RS/ UGEIRM/ UNACON SINDICAL-RS